



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ACRE
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro:	Rio Branco
Processo:	07097476220198010001
Classe do Processo:	Petição
Data/Hora:	20/02/2020 16:17:21

Partes

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
--------------	--

Documentos

Petição:	2639574_RECURSO_DE_AP ELACAO_PROTOLADO_ 01 - 1-7.pdf
Anexo - Petição:	2639574_RECURSO_DE_AP ELACAO_PROTOLADO_ Anexo_02 - 1-3.pdf



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

Processo n. 07097476220198010001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MANOEL FERREIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 6 de fevereiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO / AC

Processo n.º 07097476220198010001

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: MANOEL FERREIRA DA SILVA

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora Apelada, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório.

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - AC N.º 011091581295

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA 01 COD. RENAVAM 00265271258

NOME/ENDEREÇO
MANOEL FERREIRA DA SILVA
RUA 25 DE DEZEMBRO
MONTANHES Nro:1337
RIO BRANCO-AC 69921533

CPF/CNPJ 769.079.022-49 PLACA NAE9879

NOME ANTERIOR
JOQUEBEDE BARROZO DE M LIMA

PLACA ANT/UF NAE9879 AC CHASSI 9C6KE1500B0004761

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLO/NAO APLICÁVEL COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA/MODELO YAMAHA/FACTOR YBR125 ED ANO FAB. 2010 ANO MOD. 2011

CAP/POT/CIL 2P/0124CC/ CATEGORIA PARTICU COR PREDOMINANTE PRETA

OBSERVAÇÕES
SEM RESERVA DE DOMÍNIO * BEN. TRIBUTÁRIO

Desta forma, podemos observar que ao tempo do sinistro, o apelado proprietário do veículo envolvido no acidente não havia adimplido com sua obrigação, não fazendo jus ao pagamento da indenização referente ao seguro dpvat:

Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício	UF	Final da Placa	Categoria(Saiba mais)	Pagamento	
2017	AC	9	9	À vista	<button>Consultar</button>

O prêmio do Seguro DPVAT será pago integralmente no vencimento da COTA ÚNICA ou da primeira parcela do IPVA, ou juntamente com o emplacamento ou no licenciamento anual, no caso de veículos isentos do IPVA, conforme disposto nas [Resoluções CNSP 332/2015](#) e [CNSP 342/2016](#), e na Portaria Interministerial 293/2012.

Categoria: 9

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
9	31/07/2017	SIM	31/07/2017	29/09/2017
AC: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2017				

Sua busca por placa: NAE9879 UF: AC CATEGORIA: 09*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento				
[-]	2017	R\$185,50	Quitado					
<table><tr><th>Data Pagamento</th><th>Valor Pago</th></tr><tr><td>18/12/2017</td><td>R\$185,50</td></tr></table>					Data Pagamento	Valor Pago	18/12/2017	R\$185,50
Data Pagamento	Valor Pago							
18/12/2017	R\$185,50							
[+]	2016	R\$292,01	Quitado					

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012¹.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

¹ Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74², garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

² Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil³.

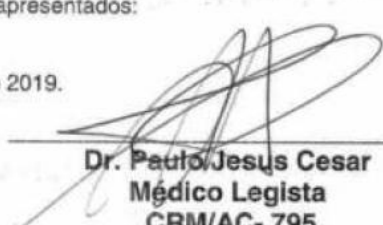

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

DO LAUDO PERICIAL

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexo causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista

TEMOS QUE O ACIDENTE **OCORREU NO ANO DE 2017**, E O APELADO NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE O MESMO ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM O AGRAVAMENTO DAS LESÕES NO TORNOZELO E SEQUER PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE.

EM QUE PESE O LAUDO PERICIAL TER APRESENTADO DUAS SEQUELAS NO TORNOZELO, SENDO A PRIMEIRA GRADUADA EM 25% LEVE, E A SEGUNDA NO MESMO MEMBRO GRADUADA EM 50% MÉDIA, A GRADUAÇÃO FOI FEITA DE FORMA EQUIVOCADA, UMA VEZ QUE HOVE APENAS UMA LESÃO NO TORNOZELO, BEM COMO HÁ PREVISÃO NA TABELA PARA QUE O PERITO ATRIBUA A DEVIDA REPERCUSÃO AO MEMBRO.

Segmento Anatômico					
1ª LESÃO: Fratura de tornozelo					
R:					
<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa.	<input type="checkbox"/> 100% Total.	
2ª LESÃO: Condroartrose de tornozelo.					
R:					
<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa.	<input type="checkbox"/> 100% Total.	
3ª LESÃO:					
R:					
<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa.	<input type="checkbox"/> 100% Total.	
4ª LESÃO:					
R:					
<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa.	<input type="checkbox"/> 100% Total.	
Observações: Havendo mais de quatro sequelas permanentes quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:					
R:					
Rio Branco-AC, 20 de dezembro de 2019.					
					
Dr. Paulo Jesus Cesar					
Médico Legista					
CRM/AC- 795					

Ocorre que o perito não observou corretamente os parâmetros estabelecidos na tabela anexa à Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09), visto que estabelece a lesão de fratura no tornozelo de 25%, bem como lesão de condroartrose de tornozelo 50%, sendo que a primeira lesão e segunda lesão são uma só, houve já, lesão no tornozelo direito. Fato este que levaria a seguradora a efetuar um pagamento em duplicidade pelo membro tornozelo lesionado.

³ Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

Neste sentido, sendo caso de invalidez permanente parcial incompleta, deverá ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional em conformidade com a previsão constante da tabela anexa à Lei n.º 6.194/74. Assim, confirmada a invalidez permanente parcial incompleta por meio da perícia realizada, mister se faz proceder a graduação de acordo com o laudo do perito judicial, bem como aos graus de invalidez presentes na aludida tabela.

Desta forma, o art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com suas posteriores alterações, dispõe que, em primeiro lugar, deve ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional consoante previsão no inciso I do mesmo parágrafo.

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					

Ante o exposto, requer a improcedência do pedido, tendo em vista o inadimplemento da apelada, logo não faz jus ao recebimento do prêmio do seguro DPVAT.

Caso assim não entenda, requer esclarecimentos do i. Perito, a fim de esclarecimento e até mesmo retificação quanto ao equívoco da graduação realizada, bem como para que faça a graduação correta conforme a tabela, após a intimação da requerida para manifestação do laudo pericial.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Restando inconteste a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, ante a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.

Requer o provimento do presente recurso, para que o **limite máximo da condenação** não ultrapasse o valor contido na **Tabela de Graduação** da Lei 11.945/2009, a observar o grau de invalidez efetivamente experimentado pelo Apelado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 6 de fevereiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **DIEGO PAULI**, inscrito na **4550 - OAB/AC** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MANOEL FERREIRA DA SILVA**, em curso perante a **5ª VARA CÍVEL** da comarca de **RIO BRANCO**, nos autos do Processo nº 07097476220198010001.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AC 3988

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PODER JUDICIÁRIO
GUIA DE RECOLHIMENTO JUDICIAL

GRJ

DATA	06/02/2020
Nº	001.0109602-87
TOTAL	R\$ 155,85

DADOS DO INTERESSADO PELO RECOLHIMENTO				
Nome	:	MANOEL FERREIRA DA SILVA		
Endereço	:			
DADOS DO PROCESSO				
Número	:	0709747-62.2019.8.01.0001		
Tipo de custas	:	Recursos		Data do cálculo : 06/02/2020
Requerente	:	Manoel Ferreira da Silva		
Requerido	:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A		
Nome da ação	:	Procedimento Comum		
Área	:	Cível		Vencimento : 06/04/2020
Valor da causa	:	R\$ 6.750,00	Perc. cálculo : 100,00 %	
Cartório	:	Secretaria da 5ª Vara Cível		
Comarca	:	Rio Branco		
TAXA JUDICIÁRIA			SUBTOTAL R\$ 155,85	
			CÓDIGO	CALCULADO
Taxa Judiciária				PAGO
				VALOR
Recolhimento: Recurso de Apelação			1	155,85
Valor ação: 6.750,00 % Aplicado: 2,00				0,00
Valor mínimo: 155,85 Valor máximo: 41.560,00				155,85

ESTA GUIA NÃO PODE SER QUITADA PELO BANCO

TOTAL A RECOLHER
R\$ 155,85

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121				Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6		Data de Vencimento 06/04/2020	
Data do Documento 06/02/2020	Nr. Documento 0709747-62.2019.8.01.0001	Espécie DOC GRJ	Aceite N	Data do Processamento 06/02/2020	Nosso-Número 28490980000067998		
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor	(-) Valor do Documento 155,85		
Informações de Responsabilidade do Beneficiário Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida. APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO. Requerente: Manoel Ferreira da Silva Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A Valor da ação: R\$6.750,00 - Classe: Procedimento Comum					(-) Desconto/Abatimento		
					(+ Juros/Multa		
					(-) Valor Cobrado 155,85		
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço MANOEL FERREIRA DA SILVA Endereço: Secretaria da 5ª Vara Cível Sacador/Avalista					Guia: 001.0109602-87 Código de Baixa Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação		

Recebimento através do cheque nº
do banco
Esta quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo
banco sacado.

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121				Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6		Data de Vencimento 06/04/2020	
Data do Documento 06/02/2020	Nr. Documento 0709747-62.2019.8.01.0001	Espécie DOC GRJ	Aceite N	Data do Processamento 06/02/2020	Nosso-Número 28490980000067998		
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor	(-) Valor do Documento 155,85		
Informações de Responsabilidade do Beneficiário Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida. APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO. Requerente: Manoel Ferreira da Silva Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A Valor da ação: R\$6.750,00 - Classe: Procedimento Comum					(-) Desconto/Abatimento		
					(+ Juros/Multa		
					(-) Valor Cobrado 155,85		
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço MANOEL FERREIRA DA SILVA Endereço: Secretaria da 5ª Vara Cível Sacador/Avalista					Guia: 001.0109602-87 Código de Baixa Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação		

Local de Pagamento Pagável em qualquer banco até o vencimento. Após, atualize o boleto no site bb.com.br					Data de Vencimento 06/04/2020		
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121				Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6			
Data do Documento 06/02/2020	Nr. Documento 0709747-62.2019.8.01.0001	Espécie DOC GRJ	Aceite N	Data do Processamento 06/02/2020	Nosso-Número 28490980000067998		
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor	(-) Valor do Documento 155,85		
Informações de Responsabilidade do Beneficiário Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida. APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO. Requerente: Manoel Ferreira da Silva Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A Valor da ação: R\$6.750,00 - Classe: Procedimento Comum					(-) Desconto/Abatimento		
					(+ Juros/Multa		
					(-) Valor Cobrado 155,85		
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço MANOEL FERREIRA DA SILVA Endereço: Secretaria da 5ª Vara Cível Sacador/Avalista					Guia: 001.0109602-87 Código de Baixa Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação		



19/02/2020 - BANCO DO BRASIL - 15:51:57
125101251 0024

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4

=====

BANCO DO BRASIL

00190000090284909800500067998179482170000015585

BENEFICIARIO:

TRIBUNAL JUSTICA ESTADO ACRE

NOME FANTASIA:

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AC

CNPJ: 04.034.872/0001-21

PAGADOR:

MANOEL FERREIRA DA SILVA

CNPJ: 04.034.872/0001-21

NR. DOCUMENTO 21.802

NOSSO NUMERO 28490980000067998

CONVENIO 02849098

DATA DE VENCIMENTO 06/04/2020

DATA DO PAGAMENTO 18/02/2020

VALOR DO DOCUMENTO 155,85

VALOR COBRADO 155,85

=====

NR.AUTENTICACAO F.6DD.B95.DB9.F9D.C32

Transação efetuada com sucesso por: J7663175 JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS.